



UNIVERSITEIT
iYUNIVESITHI
STELLENBOSCH
UNIVERSITY

100
1918 · 2018

forward together · saam vorentoe · masiye phambili

Sessão 3: PILARES ESTRATÉGICOS

Workshop do ACSS sobre Segurança Marítima, Seicheles, 19-23 de março de 2018

Orador: Prof. Francois Vreÿ, SIGLA @ Stellenbosch

19-23 de março de 2018

- Segurança, governação e desenvolvimento
- As razões para uma estratégia marítima nacional?
- Legislação: Um facilitador mas também um obstáculo
- Vontade nacional e atenção internacional
- Alargar a agenda da governação marítima
- Repensar a segurança marítima
- Indexar a governação nos países costeiros africanos
- Indexar a governação da segurança marítima

- **‘Os oceanos e mares são zonas inseguras’**
- **‘Os recursos marítimos são cruciais para o desenvolvimento das economias nacionais’**
- Governação: Cinco pacotes de bens públicos para as sociedades
- Entrega em terra e no mar
- Definir e fazer cumprir normas e prestar serviços
- A segurança constitui um corpus legislativo primordial e aplicável
- Proteger o território – incluindo o território marítimo
- Primado do direito para solucionar as diferenças e prevenir a coerção física
- Ambiente favorável para o crescimento económico e rotas sólidas de comércio
- Os bons e os maus executantes: Como avaliar?

As razões para uma estratégia marítima nacional

- **‘...as estratégias marítimas constituem are instrumentos de coordenação úteis.’**

- Importância e complexidade “renovada” do domínio marítimo
- Governação da segurança e atividade económica
- Organização interna das estruturas marítimas
- Princípio para compromissos externos e internacionais
- A estratégia marítima está relacionada com o comércio marítimo
- Capacidades marítimas para operações comerciais
- Capacidades marítimas para operações navais
- Base de referência: Segurança e desenvolvimento

1. Rumo
2. Linhas de orientação
3. Agências e prestação de contas
4. Estruturas de governação
5. Papéis e responsabilidades
6. Planos de ação
7. Estratégias de investimento

Legislação: Um facilitador mas também um obstáculo

- **‘A legislação adequada promove a segurança jurídica’**
- Legislação para regular e direccionar
- O primado do direito permite às autoridades atuar e permanecer legitimadas
- Facilitador: espaço regulamentado para a segurança dos humanos, ambiental e económica
- Dissuasão: prevenção e execução em direção à condenação
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e integração de legislação doméstica:
Primado do direito
- Utilização e aplicação: Sem necessidade de mais legislação

Vontade nacional e atenção internacional

- Vontade nacional: Sensibilizar o público para os riscos e oportunidades marítimos
- Iniciativas políticas ou comerciais
- O jogo em casa ou fora ou o jogo em casa?
- As Seicheles como um estado progressivo estado marítimo
- Atenção internacional:
- Teoria da securitização: Atenção
- Reforço da capacidade da segurança marítima: Formas e meios
- Recursos materiais e humanos
- Governança para a segurança: Preventiva, eficaz e restauradora

Segurança marítima
Economia azul
Ambiente azul
Justiça azul

BOX 18 : CRIAR SINERGIAS



SEGURANÇA MARÍTIMA

Prevenir Ameaças



Estratégias Marítimas
Consciência do Domínio Marítimo
Ordenamento do Território Marinho
Aplicação da lei



ECONOMIA AZUL

(Sustentabilidade)
Explorar Recursos



SAÚDE DOS OCEANOS

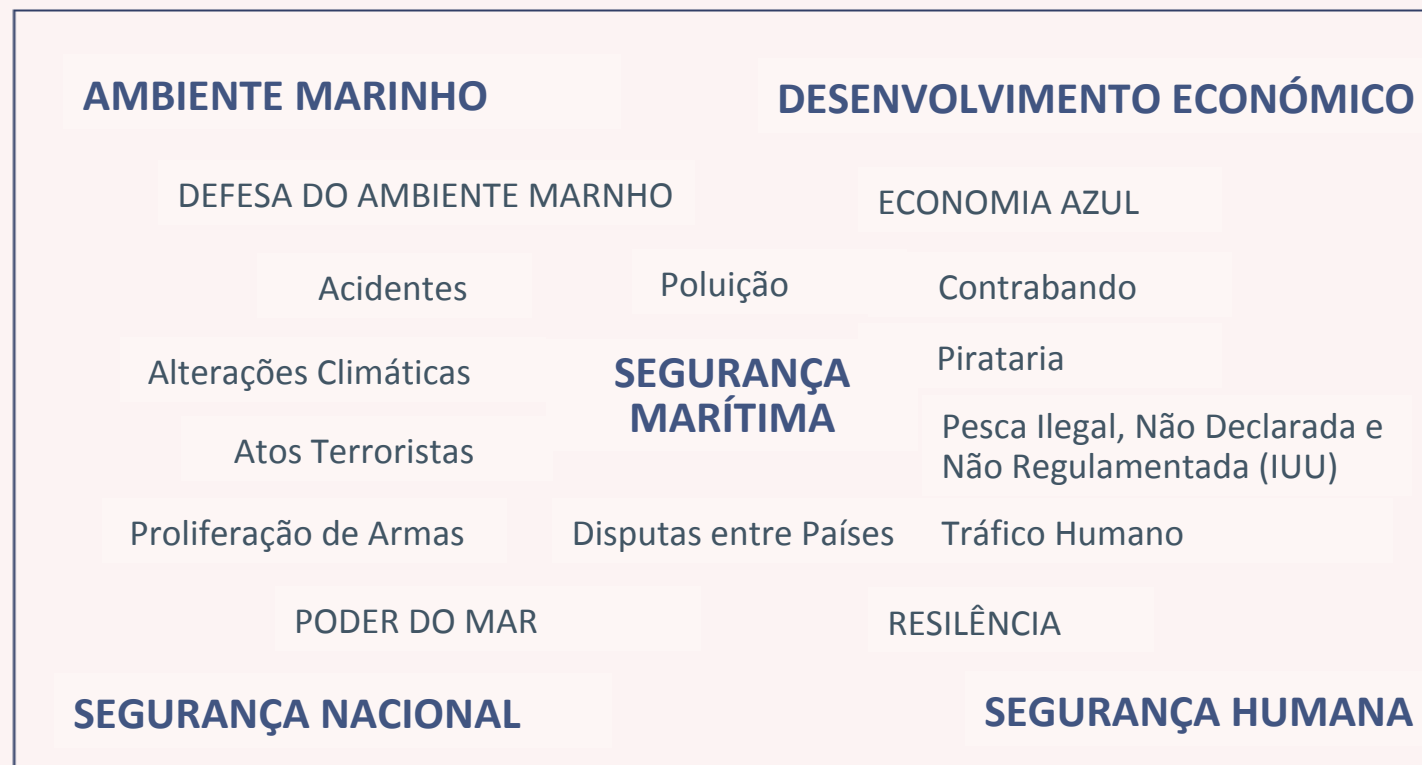
Proteger a vida e a
diversidade marinha



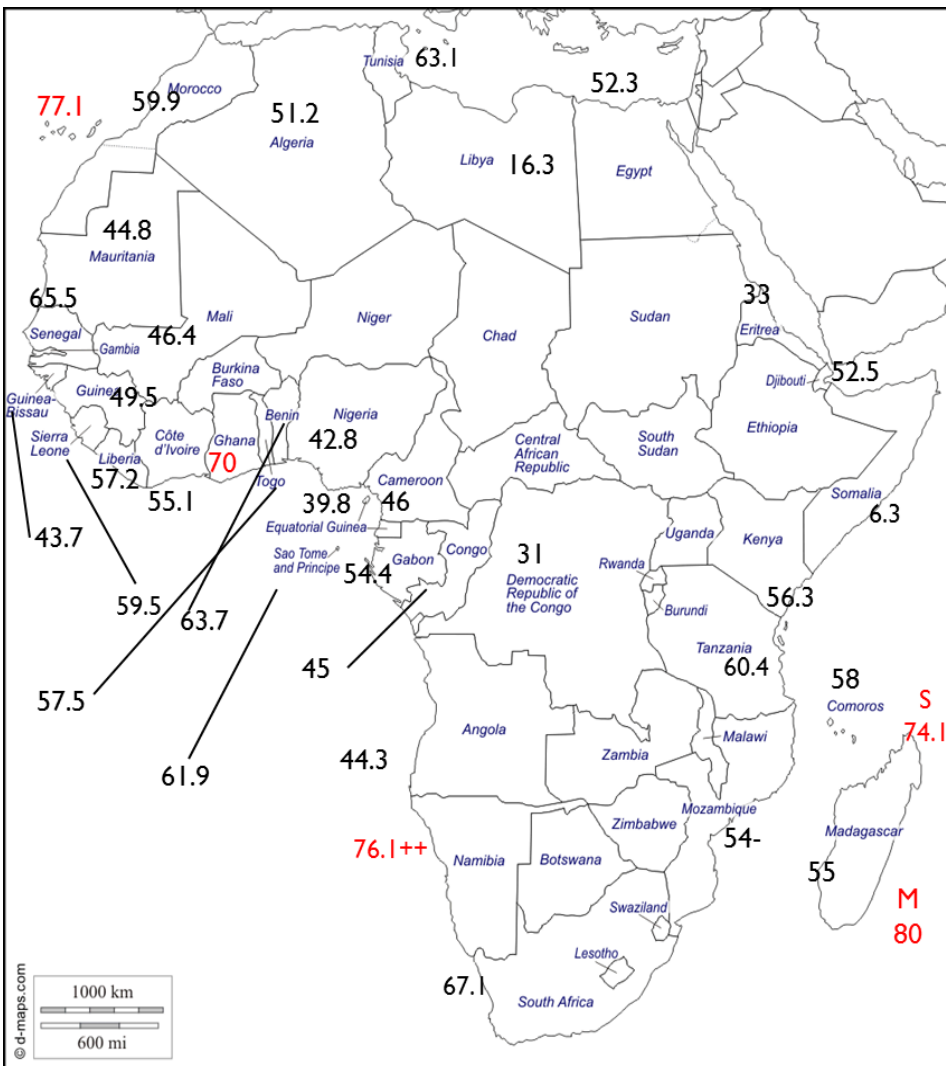
JUSTIÇA AZUL

Distribuir rendimentos
e riscos

BOX 5: MATRIZ DE SEGURANÇA MARÍTIMA ¹³



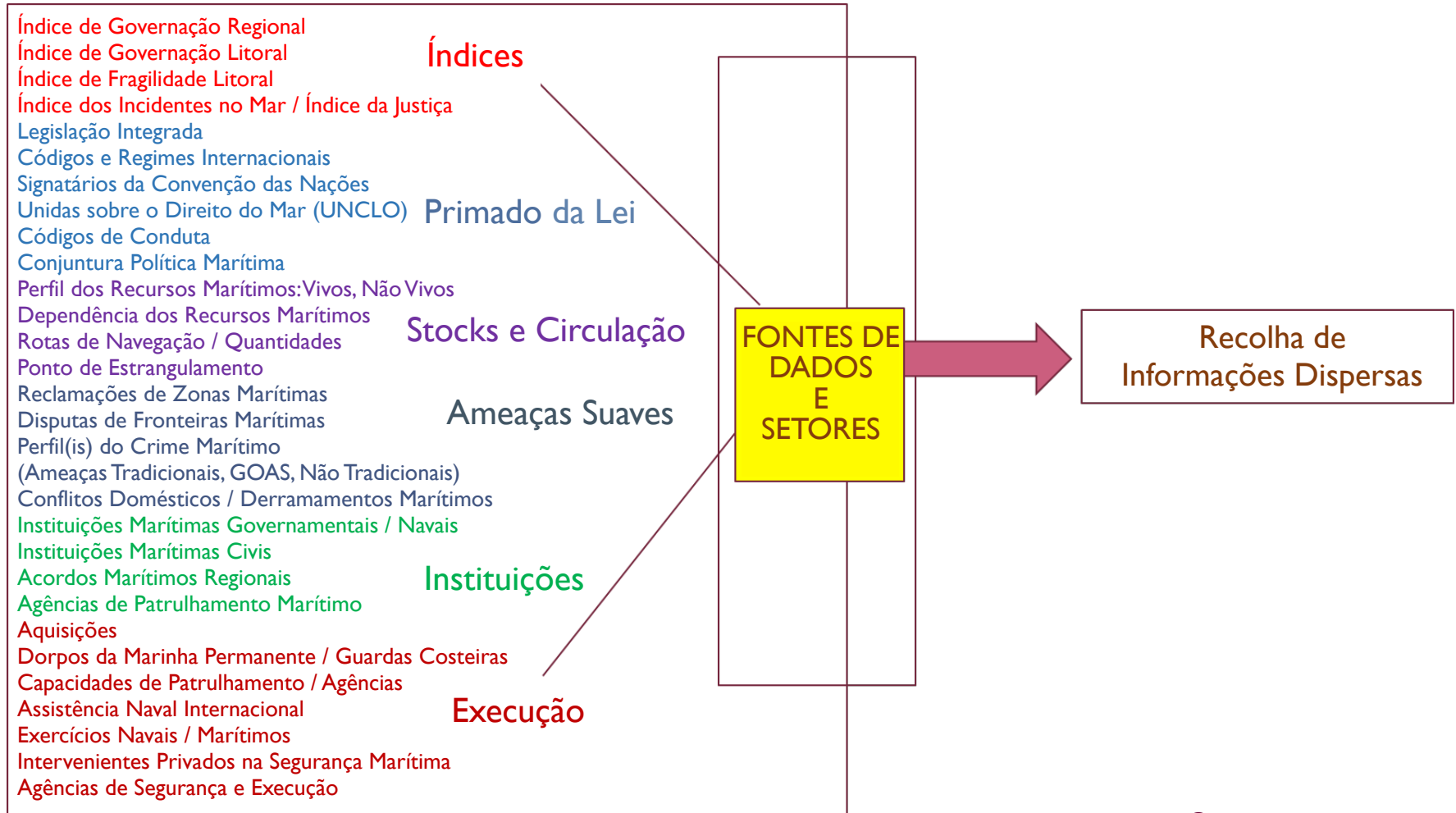
Índice de governação nos países costeiros africanos



Compilado a partir de:
Índice de governação Mo Ibrahim: 2015-2016
Fornecimento dos bens políticos, sociais e económicos que qualquer cidadão tem o direito de exigir do seu país e que um país tem a responsabilidade de garantir aos seus cidadãos.

Países costeiros africanos
Primado do direito
Prestação de contas
Defesa pessoal
Segurança nacional

Medição da governação da segurança marítima



1. Centro de Estudos Estratégicos Africanos, 2016. O processo do desenvolvimento de uma estratégia de segurança marítima nacional em África. Washington DC
2. Bueger, C. & T. Edmunds., 2018. Controlar a segurança marítima. Construção da capacidade de reflexão e a experiência da região Oeste do Oceano Índico. Um conjunto de ferramentas das melhores práticas. Projeto Mares Seguros, Universidade de Cardiff e Universidade de Bristol.
3. Rotberg, R., (ed). 2015. *Sobre a governação: O que é, o que significa, e a sua política de utilização*. Centro para a Inovação da Governação Internacional. Waterloo Canadá.
4. Shemella, P., (ed). 2016. *Respostas globais para a violência marítima*. Imprensa da Universidade de Stanford: Stanford.
5. Till, G., 2013. *Poder do mar. Um guia para o século XXI*. 3ª Ed. Routledge: Oxon.